



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 197

**RELATÓRIO DE INSPEÇÃO REMOTA**

Autos nº 0012373-15.2013.8.24.0600

Ação: **Inspeção/**

**Requerente : Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina**

**Requerido: Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Rio do Oeste**

**ATIVIDADE CORREICIONAL**

**INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

I	Número da portaria	146/2013
II	Período da inspeção	26/08/2013 a 25/10/2013
<b>EQUIPE CORREICIONAL</b>		
III	Juíza-Corregedora	Maria Paula Kern

IV	Escrivão Correicional	Geraldo Della Giustina
----	-----------------------	------------------------

V	Escrivã Correicional	Perla Maria Fusinatto Schappo
---	----------------------	-------------------------------

VI	Assessora Correicional	Catia Lucila Ricordi Crestani
----	------------------------	-------------------------------

VII	Assessora Jurídica	Suziane Lehmkuhl Müller
-----	--------------------	-------------------------



## INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional inspecionada, após a coleta de dados realizada durante o período da inspeção.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar o cartório, a fim de se verificar se este está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Em cumprimento às disposições contidas no Ofício Circular CGJ/SC n. 283/2013 e em portaria publicada no Diário da Justiça e encartada nos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a inspeção correicional remota a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e à tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de Cartório e de Estatística, dos Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cuida - Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 199

**1 UNIDADE INSPECIONADA**

1.1	Comarca	Rio do Oeste
1.2	Unidade	Unidade de Divisão Judiciária
1.3	Municípios integrantes	Rio do Oeste e Laurentino
1.4	Comarca integrada	Não
1.5	Juiz Titular	Giancarlo Rossi
1.6	Chefe de Cartório	Elisiário Pereira de Jesus Filho
1.7	Última inspeção por equipe da CGJ/SC	Inspeção virtual local em 29/09/2011 (Autos CGJ n. 0011256-57.2011.8.24.06900)
1.8	Entrância	Inicial.
1.9	Observações	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 200

**2 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO**

**2.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – SAJ5**

**2.1.1 ACERVO PROCESSUAL**

	Indicador		Valor
2.1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		-
2.1.1.2	Processos em andamento	-	
2.1.1.3	Procedimentos em andamento	-	
2.1.1.4	Processos sem movimentação há mais de 365 dias	-	
2.1.1.5	Observações	O SAJ5 ainda não foi instalado na unidade.	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 201

**2.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – SAJ/ESTATÍSTICA**

**2.2.1 ACERVO PROCESSUAL**

	Indicador		Valor
2.2.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		2.092
2.2.1.2	Processos em andamento	1.820	
2.2.1.3	Procedimentos em andamento	272	
2.2.1.4	Processos sem movimento há mais de 365 dias	1	
2.2.1.5	Observações	Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Gerencial da Vara) – mês de referência: outubro de 2013.	

**2.2.2 PROCESSOS EM CARGA**

	Indicador		Valor
2.2.2.1	Quantidade total de processos em carga		665
<b>LOCAL</b>			
	Indicador	Q1	Q2
2.2.2.1.1	<i>Cargas internas</i>		
2.2.2.1.1.1	Contadoria	2	0
2.2.2.1.1.2	Distribuição	0	0
2.2.2.1.1.3	Juiz (Giancarlo Rossi Juiz titular e Cristina Lerch Lunardi - está substituindo o titular)	231	0
2.2.2.1.1.4	Ministério Público	87	2
2.2.2.1.1.5	Serviço Social	4	0
2.2.2.1.2	<i>Terceiros sem acesso ao SAJ</i>		
2.2.2.1.2.1	Advogado	120	0
2.2.2.1.2.2	Polícia Civil de Laurentino	9	0
2.2.2.1.2.3	Polícia Civil de Rio do Oeste	32	0
2.2.2.1.2.4	Hospital de Custódia	0	0
2.2.2.1.2.5	Leiloeiro (Paulo Castelan Minatto)	1	0
2.2.2.1.2.6	Perito (Clodoaldo Alexandre Ferreira)	15	0
2.2.2.1.2.7	Procuradorias	164	0
2.2.2.1.2.8	Observações	Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Gerencial da Vara) – mês de referência: outubro de 2013.	

Legenda	Q1 = quantidade total de processos em carga; Q2 = quantidade de processos em carga há mais de 100 dias.
---------	---

**2.2.3 PROCESSOS DISTRIBUÍDOS**

	Período	A1	A2
2.2.3.1	Janeiro a dezembro de 2009	2.020	168
2.2.3.2	Janeiro a dezembro de 2010	1.907	159
2.2.3.3	Janeiro a dezembro de 2011	1.510	126
2.2.3.4	Janeiro a dezembro de 2012	1.872	156
2.2.3.5	Janeiro a outubro de 2013	1.628	163
2.2.3.6	Observações	Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).	

Legenda	A1 = quantidade total de processos distribuídos; A2 = média mensal (média aritmética simples da quantidade processos distribuídos dividida pela quantidade de meses pesquisados).
---------	---



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 202

**2.3 INSPEÇÃO VIRTUAL**

RELATÓRIO				
	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
2.3.1	Processos ativos sem localização física há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registro.	0	0
2.3.2	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"		1	2*
2.3.3	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça – CERC", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		0	0
2.3.4	Processos ativos com localização física em "cartório – processo suspenso", "cartório – suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório – suspenso (art. 89 Lei 9.099/95)"		0	0
2.3.5	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		3	1*
2.3.6	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		6	2*
2.3.7	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		0	0
2.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.	49	47*
2.3.9	Processos de Guarda, Perda e/ou Suspensão do Poder Familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro.	1	1*
2.3.10	Observações	1) V1: data 22/08/2013. 2) V2: data 18/11/2013. 2.1) Item 2.3.2*: são novos registros, aquele encontrado na V1 foi regularizado. 2.2) Item 2.3.5*: novo registro. 2.3) Item 2.3.6*: um novo registro e o outro teve sua permanência justificada à fl. 165 dos autos. 2.4) Item 2.3.8*: A unidade informou que corrigiu as pendências passíveis de correção e justificou a permanência de 26 processos nas fls. 166/167 dos autos, porém foram encontradas novas ocorrências. 2.5) Item 2.3.9: A unidade justificou a permanência desse processo à fl. 165. 3) O chefe de cartório foi orientado a manter controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes da Orientação CGJ/SC n. 16 ( <a href="http://cgj.tj.sc.gov.br/intravet/orientacoes/index.html">http://cgj.tj.sc.gov.br/intravet/orientacoes/index.html</a> ). As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		

Legenda V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 203

**2.4 SAJ/CARTÓRIO**

RELATÓRIO				
	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
2.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registro.	38	0
2.4.2	Acompanhamento de infrações penais – apresentação em aberto há mais de 30 dias		434	0
2.4.3	Acompanhamento de infrações penais – prestação em aberto há mais de 30 dias		70	0
2.4.4	Acompanhamento de infrações penais – multa penal em aberto há mais de 30 dias		3	0
2.4.5	Acompanhamento de infrações penais – medida de segurança em aberto há mais de 30 dias		0	0
2.4.6	Réu preso	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos da comarca. Além disso, a quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.	26	17
2.4.7	Rol de culpados	Deve refletir fielmente as sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado.	-	-
2.4.8	Rol da Lei n. 9.099/1995 – transação penal	Deve refletir fielmente as sentenças de homologação de transação penal.	-	-
2.4.9	Rol da Lei n. 9.099/1995 – suspensão	Deve refletir fielmente as decisões decretando a suspensão processual.	-	-
2.4.10	Rol de processo suspenso – CPP, art. 366	Deve refletir fielmente as decisões decretando a suspensão do artigo 366 do Código de Processo Penal.	-	-



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 204

2.4.11	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa – em ambos os campos: 01/01/1900 a 19/07/2013)		698	12	
	AR		16	11	
	Ação incidental		0	0	
	Assunto do processo		0	0	
	Carga		23	1	
	Cartas recebidas		5	0	
	Custas		291	0	
	Edital de intimação de advogado		157	0	
	Execução de sentença		0	0	
	Feriado		3	0	
	Incidente processual	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.	5	0	
	Mandados		14	0	
	Movimentação		10	0	
	Pauta de audiências		3	0	
	Peticionamento eletrônico		0	0	
	Petição intermediária		148	0	
	Processo		20	0	
	Recurso		3	0	
	Usuário		0	0	
2.4.12	Processo com situação "arquivado administrativamente", com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"			707	268
2.4.13	Mandados de prisão em aberto com "erros"			18	0
2.4.14	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias			115	146
2.4.15	ARs não devolvidos pela ECT + 45d			52	54
2.4.16	Observações		1) V1: data 22 e 23/08/2013. 1.1) Item 2.4.12: dos 707 processos, 271 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 436 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". 2) V2: data 18/11/2013. 2.1) Item 2.4.12: Todos os 268 processos apresentam registro de local físico "arquivo central". 2.2) item 2.4.15: dos 54 registros encontrados apenas 3 possuem postagem inferior a um ano.		

Legenda	V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados.
---------	--





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 205

**2.5 SAJ/ESTATÍSTICA**

RELATÓRIO				
	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
2.5.1	Processos ativos sem movimentação lógica há mais de 365 dias	O relatório não deve trazer registro.	11	1
2.5.2	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)		33	1
2.5.3	Processos em carga há mais de 100 dias		20	2
2.5.4	Meta 2 do CNJ - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2006. Processos ativos de competência do Tribunal do Júri e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2007		2	0
2.5.5	PJP (programa de julgamento prioritário) - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2008 – processos cíveis, criminais e de competência do Tribunal do Júri		9	6
2.5.6	Observações	O relatório do PJP engloba os processos constantes no relatório da Meta 2 do CNJ, por ser mais abrangente. 1) V1: data 23/08/2013. 2) V2: data 19/11/2013 2.1) Item 2.5.1: A unidade justificou a permanência desse único item à fl. 165 dos autos.		

Legenda	V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados.
---------	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 206

**2.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

RELATÓRIO				
	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
2.6.1	JUSTIÇA ABERTA – Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas, pelo chefe de cartório, sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.	NA	NA
2.6.2	SNBA – Sistema Nacional de Bens Apreendidos	Os bens devem ser cadastrados, pelo servidor, até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.	PA	PA
2.6.3	SNCI – Sistema Nacional de Controle de Interceptações	As informações devem ser alimentadas, pelo Magistrado com competência criminal, sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.	CA	NA
2.6.4	CNIEP – Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais	As informações devem ser alimentadas, pelo Magistrado com competência criminal, sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.	PR	PR
2.6.5	CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa	As informações devem ser alimentadas mensalmente, pelo Magistrado, indicando-se somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após trânsito em julgado da sentença condenatória.	CA	CA
2.6.6	Observações	1) V1: data 23/08/2013. 1.1) Item 2.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 03/04/2012. 1.2) Item 2.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 72 registros de processos e 95 registros de bens no sistema. Realizada pesquisa, por amostragem, dos processos que estão cadastrados no SAJPG (relatório de armas e bens) e dos que estão cadastrados no SNBA, constatou-se que, dos 25 processos pesquisados, 3 não constam no SNBA, quais sejam: 144.10.001615-7, 144.10.001450-2 e 144.12.000921-0. 1.4) Item 2.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados. 1.5) Item 2.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa). A consulta ao SAJ foi dividida em 3 classes: 1 – Ação Civil Pública, 28 – Ação Popular e 328 – Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro Foro" e "recebido em outro Foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa junto ao SAJ apontou que não existem novos processos passíveis de inclusão no CNIA, do CNJ. 2) V2: data 19/11/2013. 2.1) Item 2.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 26/08/2013.		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 207

	<p>2.2) Item 2.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 82 registros de processos e 117 registros de bens no sistema. Observa-se que os processos n. 144.10.001615-7, 144.10.001450-2 e 144.12.000921-0, acima mencionados, foram cadastrados no SNBA, porém os bens cadastrados no último deles não conferem com o que consta no SAJ. Após nova amostragem foi constatada a mesma situação no processos n. 144.12.001093-6, mas não foram encontrados processos sem cadastro no SNBA.</p> <p>Observa-se que os processos mencionados tem caráter exemplificativo, visto que foram pesquisados de forma aleatória, sendo que a unidade deve conferir todos os registros constantes no SAJ a fim de verificar a ocorrência de outras inconsistências.</p> <p>2.3) Item 2.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): O mês de outubro/2013 não foi registrado no sistema.</p>
Legenda	<p>V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados; CA = CORRETAMENTE ALIMENTADO: quando o sistema foi alimentado até a data estipulada; NA = NÃO ALIMENTADO: quando o sistema não foi alimentado até a data estipulada; PA = PARCIALMENTE ALIMENTADO: quando os registros do sistema não estão de acordo com o SAJ ou outro parâmetro utilizado; PR = PREJUDICADO: quando o sistema não se aplica à unidade ou não há necessidade de preenchimento.</p>

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GERALDO DELLA GIUSTINA. Para acessar os autos processuais, acesse o site <http://www.tjsc.jus.br/portal>, informe o processo 0012373-15.2013.8.24.0600 e o código 6525C.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 208

**3 INFORMAÇÕES DO GABINETE**

**3.1 CUIDA/CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO**

RELATÓRIO				
	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
3.1.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo – abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta nº 08/09-GP/CGJ.	PR	PR
3.1.2	Observações	Não existem programas institucionais de acolhimento cadastrados na unidade.		

Legenda	V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados; CA = CORRETAMENTE ALIMENTADO: quando o sistema foi alimentado até a data estipulada; NA = NÃO ALIMENTADO: quando o sistema não foi alimentado até a data estipulada; PA = PARCIALMENTE ALIMENTADO: quando os registros do sistema não estão de acordo com o SAJ ou outro parâmetro utilizado; PR = PREJUDICADO: quando o sistema não se aplica à unidade ou não há necessidade de preenchimento.
---------	---



**CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS**

Os trabalhos da inspeção correicional iniciaram na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, por esta Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação, foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio dos programas SAJ/EST – Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de estatística, Inspeção Virtual, SAJ/PG - Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de cartório, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cuida - Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Jeja, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2014.

*Geraldo Della Giustina*  
Escrivão Correicional – Mat. 3.059

*Perla Maria Fusinatto Schappo*  
Escrivã Correicional – Mat. 9.914

*Catia Lucila Ricordi Crestani*  
Assessora Correicional – Mat. 6.508

*Suziane Lehmkühl Müller*  
Assessora Jurídica – Mat. 16.667